

Transminas Holding S.A.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transminas Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transminas Holding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Transminas Holding S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.120	13.901
Dividendos a receber	9	11.711	13.681
Impostos de renda e contribuição social a compensar		430	288
Outros ativos		-	2
		148.508	139.842
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Investimentos em coligadas	6	148.508	139.842
		200.769	167.714
TOTAL ATIVO			
<u>200.769</u>			
<u>167.714</u>			
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Dividendos a pagar	9	11.908	14.956
Impostos de renda e contribuição social a pagar		368	2
Outros passivos		16	1
		12.292	14.959
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	7.1	44.860	44.860
Reservas de lucros		143.617	107.895
		188.477	152.755
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
<u>200.769</u>			
<u>167.714</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(99)	(583)
Resultado de equivalência patrimonial	6	46.845	59.798
		<u>46.746</u>	<u>59.215</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>46.746</u>	<u>59.215</u>
Despesas financeiras		(8)	-
Receitas financeiras		1.260	618
		<u>1.252</u>	<u>618</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>47.998</u>	<u>59.833</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(368)	(8)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>47.630</u>	<u>59.825</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	47.630	59.825
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	47.630	59.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos		
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2020	44.860	8.972	31.457	27.083	13.403	-	125.775
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.486)	(13.403)	-	(17.889)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	59.825	59.825
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.956)	(14.956)
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	-	44.869	-	(44.869)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	44.860	8.972	31.457	67.466	-	-	152.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.630	47.630
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.908)	(11.908)
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	-	35.722	-	(35.722)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	44.860	8.972	31.457	103.188	-	-	188.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transminas Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	47.998	59.833
Ajuste no lucro para:		
Resultado equivalência patrimonial	(46.845)	(59.798)
	1.153	35
(Aumento) no ativo		
Tributos a compensar	(142)	(165)
Outros ativos	2	-
	(140)	(165)
Aumento (redução) no passivo		
Outros passivos	15	(5)
Tributos a recolher	366	(18)
	381	(23)
Imposto de renda e contribuição sociais, pagos	(368)	(8)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	1.026	(161)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	40.149	13.298
	40.149	13.298
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(14.956)	(26.916)
	(14.956)	(26.916)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	26.219	(13.779)
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	13.901	27.680
Saldo no final do exercício	40.120	13.901
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	26.219	(13.779)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Transminas Holding S.A. (“Companhia” ou “Transminas”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, Bloco I, 16º andar, Conjunto 162, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A..

A Transminas participa em três companhias transmissoras de energia elétrica no Brasil, sendo elas:

Coligadas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2020-2021)	Índice de Reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”)	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 Kv	35.192	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transsudeste de Transmissão (“Transsudeste”)	Itutinga (MG) - Juíz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 Kv	29.908	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”)	Irapé (MG) - Araçuí (MG)	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	42.822	IGP-M	Sim	Não

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis apresentam a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método da equivalência patrimonial.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.5 sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos e na nota explicativa 3.4 sobre a constituição de provisões.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

3.5. Tributação

3.5.1. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

3.6. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Os dividendos adicionais serão distribuídos de acordo com a geração de caixa excedente da companhia.

3.7. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)).
- Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações no CPC 40(R1) e CPC 48).

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC, quando entrarem em vigor.

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC – Continuação

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); e
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	1	1
Certificados de depósitos bancários	40.119	13.900
	40.120	13.901

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicado, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e estão sujeitos a taxas de juros, em média, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

6. Investimentos em coligadas

A movimentação do investimento é conforme segue:

Coligadas	Saldo em 31/12/2019	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Transleste	27.232	(6.306)	13.847	34.773	(5.260)	14.386	43.899
Transudeste	21.580	(6.459)	13.454	28.575	(5.673)	10.392	33.294
Transirapé	54.453	(10.456)	32.497	76.494	(27.246)	22.067	71.315
	103.265	(23.221)	59.798	139.842	(38.179)	46.845	148.508

As informações dos investimentos em coligadas estão apresentadas a seguir:

Coligadas	31/12/2021								
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Transminas		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Transleste	49.569.000	20.323.290	107.072	41,00%	43.899	155.095	48.023	107.072	35.087
Transudeste	30.000.000	12.300.000	81.205	41,00%	33.294	108.860	28.655	81.205	25.346
Transirapé	22.340.490	9.159.601	173.937	41,00%	71.315	288.835	114.848	173.937	53.824
					148.508				

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 44.860, totalmente integralizado, representado por 44.859.500 ações ordinárias e 500 ações preferenciais, totalizando 44.860.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2021 e 31/12/2020			
	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A.	31.410.000	70,02	500	100,00
TI Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda.	13.450.000	29,98	-	-
Total	44.860.000	100,00	500	100,00

7.2. Reserva de lucros

- a) Reserva legal: de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social, situação está observada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
- b) Reserva de lucro: os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia, para sua destinação.
- c) Reserva de lucros a realizar: refere-se a parcela do lucro não realizado. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

7.3. Destinação do resultado

A destinação do lucro dos exercícios de 2021 e 2020 foi como segue:

Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	47.630	59.825
Dividendos obrigatórios - estatutário	(11.908)	(14.956)
Destinação para a reserva de lucros a realizar	(35.722)	(44.869)

8. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

8. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

	31/12/2021	31/12/2020
a) Composição dos tributos no resultado:		
Despesas com IR e CS	(368)	(8)
Total	(368)	(8)
b) Conciliação da alíquota efetiva		
Lucros antes dos tributos sobre o lucro	47.998	59.833
Aplicação da alíquota combinada vigente de 34%	(16.319)	(20.343)
Resultado de equivalência patrimonial	15.927	20.331
Outros	24	4
Despesa com IR e CS	(368)	(8)
Aliquota efetiva	0,77%	0,01%

9. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto na data-base das demonstrações são:

Transação / Parte relacionada	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Dividendos a receber - Transleste	3.596	3.462
Dividendos a receber – Transudeste	2.598	2.564
Dividendos a receber - Transirapé	5.517	7.655
	11.711	13.681
Passivo		
Dividendos a pagar - Alupar	8.338	10.472
Dividendos a pagar - TI Investimentos	3.570	4.484
	11.908	14.956

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

10. Instrumentos financeiros

10.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

10. Instrumentos financeiros – Continuação

10.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de Caixa e equivalentes de caixa se aproxima do seu respectivo valor contábil. Caixa, Dividendos a pagar e a receber, são classificados como custo amortizado. Equivalentes de caixa é classificado ao valor justo por meio do resultado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10.3. Hierarquia do valor justo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia classificou como Nível II os saldos de Equivalentes de caixa.

10.4. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

10.4.1. Risco de crédito

As coligadas da Companhia, por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, estão sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

10.4.2. Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

10.4.3. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

10.4.4. Risco de taxas de juros

As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI. A Companhia avaliou que a análise de sensibilidade não é necessária, dado que as oscilações na remuneração das aplicações financeiras não apresentam impacto material sobre os resultados da Companhia.

10.4.5. Risco de preço

As receitas das coligadas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IGPM, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

Enio Luigi Nucci
Diretor Administrativo Financeiro